

Um olhar para a Educação de Jovens e Adultos (EJA): os alunos idosos no município de Venâncio Aires/RS

Oswaldo Daniel dos Santos Pinheiro

Gisania Carla de Lima

Francisco das Chagas Galvão de Lima

Ana Paula Rodrigues

DOI: 10.70513/da-infancia-a-vida-adulta.6

Introdução

Esta pesquisa teve como foco a condição social de idosos na contemporaneidade, e partindo da compreensão de que a escolarização, enquanto um direito de todos, é também um direito da pessoa idosa. Neste sentido, destaca-se a importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como modalidade da educação básica regulamentada para a diminuição dos índices de analfabetismo, entre outros benefícios. A EJA possibilita o resgate de um direito social, a educação, que em algum momento da vida deixou de ser acessível para muitas pessoas por conta de fatores diversos relacionados aos contextos de vida. Os idosos, aqui, constituem um público específico, constituído por indivíduos cognitivamente ativos, cujo aprendizado e o acesso à educação devem ser entendidos como um processo constante, mas que, por algum motivo, tiveram seu direito à educação negado na idade própria e que, no presente, buscam recuperar sua cidadania através do conhecimento, acessando/experimentando este direito.

A Organização Mundial de Saúde (OMS), define pessoa idosa como todo indivíduo com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, residente nos países desenvolvidos e com sessenta anos, ou mais, aqueles que vivem em países em desenvolvimento, que é o caso do Brasil (Lopes; Araújo; Nascimento, 2016). Entende-se o envelhecimento enquanto um processo universal, que vai ganhando forma de maneira dinâmica e contínua. Esse processo constitui uma etapa do desenvolvimento

humano com características e procedimentos específicos, sendo de utilidade para todos os seres vivos, e também único, pois cada pessoa responde a ele de maneira diferente.

Todas as pessoas, sejam elas jovens, adultas ou idosas, têm suas particularidades, e os processos educativos devem considerar isto na prática pedagógica. A pessoa idosa apresenta aspectos fisiológicos e psicológicos específicos e, sobretudo, diferencia-se pelas experiências que teve ao longo da vida. Embora considere essencial o acesso à escolarização para todas as faixas etárias, dá-se ênfase, neste trabalho, à pessoa idosa, tendo em vista que a inclusão do idoso está diretamente relacionada à integração do cidadão na sociedade e ao acesso à educação.

Na percepção de Pinto (1989), a educação é entendida como um fenômeno social e cultural, e não consiste na formação uniforme de todas as pessoas, pois se desenvolve a partir do processo econômico que movimenta a sociedade. Destaca-se, ainda, na fala do autor, que quanto mais se precisa compreender e conhecer as coisas, mais se necessita de educação.

O acesso aos estudos e a sua continuidade são direitos subjetivos de um indivíduo. Consolidada na Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994), no Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) e também amparada como modalidade de ensino na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei nº 9.394/96, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma política de educação inclusiva, que tem como objetivo dar oportunidade de acesso à escolarização para aquelas pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir as atividades escolares na idade apropriada. Permite, assim, que o aluno retome os estudos e os conclua em menos tempo.

Conforme os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o município de Venâncio Aires – RS, delimitação espacial deste estudo, teria uma população de 65.946 habitantes. E de acordo com os dados do Perfil das Cidades Gaúchas - Venâncio Aires (Sebrae, 2019), no ano de 2017 havia 37.589 (57%) da população do município sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto. A taxa de analfabetismo, por sua vez, em 2010, foi de 4,9% da população. A partir desse panorama é possível deduzir que uma parcela dessa população sem instrução seria composta por idosos. Entretanto, o número de matrículas, em 2018, na EJA, foi de 518 na rede Estadual, 41 na rede Federal, 246 na rede Municipal e 40 na rede privada, o que não chega a 9% da população idosa do município. Isso quer dizer que a busca ou o acesso à educação para as pessoas idosas ainda não é tão grande no município em questão, refletindo a problemática dos baixos índices de escolarização na realidade da educação brasileira.

Conforme os dados apresentados pelo IBGE, parte da população no Brasil não têm condições para fazer uso de um direito universal, que é de todos, o direito à educação. Isso é o que se pode entender a partir dos dados do último censo, realizado pelo IBGE (2010), que destacou um percentual significativo de pessoas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto, somando 50,2% da população brasileira. Dessa forma, faz-se cada vez mais necessário abordar a inserção das pessoas idosas na escola, evidenciando sua condição de sujeito do direito à educação, as condições necessárias para essa inserção, suas conquistas para consigo mesmas e a sociedade.

Para justificar nosso interesse acerca da EJA e da pessoa idosa, Pereira e Serra (2014) destacam que a pessoa idosa pode aprender em todas as fases da vida, ressaltando a concepção da promoção de uma educação ao longo da vida. Sabendo que a fase de aprendiz é infinita e diversa, o aprendizado pode vir a se apresentar na atuação de grupos, que contribuem para a construção da aprendizagem dos outros, ou mesmo de forma individual. Conforme autores, a aprendizagem para a pessoa idosa apresenta muitos paradigmas. Há grandes desafios que esse público precisa enfrentar, sendo que um deles é saber que irão retornar aos estudos com outra idade, com outro pensamento e objetivo.

A partir desses fatores, a pesquisa realizada teve como objetivo geral compreender a inserção da pessoa idosa na EJA do município de Venâncio Aires. Já os objetivos específicos, foram: a) conhecer quais as principais dificuldades que levaram os(as) participantes a interromper sua vida escolar no passado; b) identificar quais as motivações dos(as) idosos(as) para a retomada dos estudos; e c) compreender a interferência das redes de suporte social na decisão da pessoa idosa de voltar à escola. Para tanto, adotou-se como metodologia o estudo de caso qualitativo, a partir de entrevistas semiestruturadas e da análise de conteúdo.

Breve Histórico da EJA no Brasil

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil é marcada por experiências educativas desenvolvidas desde o período colonial onde ao longo de sua trajetória foram se instituindo concepções e princípios que fomentam ações para assegurar o direito à educação. Já na segunda metade do século XIX, essas ações, configuradas como programas governamentais, trataram a alfabetização de adultos como instrumento para favorecer o ideal capitalista de desenvolvimento (Manfredi, 1980).

Todavia, na década de 1960, ações caracterizadas como movimentos campanhas passam a ser fundamentadas em uma concepção libertadora e emancipadora da educação para adultos, tomando como referência princípios freirianos para a prática educativa. Destacam-se o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Movimento de Cultura Popular (MPC); campanha “De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler”, no Rio Grande do Norte; Campanha de Educação Popular (CEPLAR), na Paraíba; projetos de extensão universitária como Centro Rural Universitário de Treinamento de Ação Comunitária (CRUTAC), o Projeto Rondon e a Operação Mauá; Sistema Rádio-educativo da Paraíba (SIREPA); Serviço de Educação Cultural (SEC) da UFPE e Centros de Cultura Popular.

Com a instalação do Regime Militar, nessa mesma década, as ações que configuraram um ideal de educação diferenciada de adultos foi interrompido, porque foi visto como arbitrário a ordem vigente uma vez que a educação e a escola, como instituição social, tem um papel social a cumprir – entendido nesse contexto como a manutenção da ordem através da integração do indivíduo ao convívio social. O Estado passou a tratar as questões do analfabetismo com iniciativas como Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), desenvolvido junto ao Ministério de Educação e Cultura (MEC), que teve um caráter diferenciado das iniciativas de alfabetização citadas anteriormente.

Na década de 1980, no processo de redemocratização do Estado brasileiro, impulsionado pela organização da esfera pública, pelo fortalecimento da sociedade civil e por um ideal de participação, retoma o tema da alfabetização de adultos, fazendo com que a nova Constituição Federal de 1988, e outras leis e normativas que se fundamentam nesta constituição, assegurem direitos essenciais e políticas públicas para a promoção de uma educação de qualidade e para todos.

Contextualização das políticas públicas voltadas à pessoa idosa

A preocupação com o envelhecimento populacional no Brasil tem impulsionado políticas, programas e projetos para atender às demandas da população de idosos, de modo a instituir direitos sociais, tendo em vista permitir-lhes uma vida autônoma e participativa em sociedade (Lima; Silva, 2014). Os estudos apontados sobre as políticas públicas para o idoso ainda são recentes, tendo muito o que se percorrer e discutir. Sabe-se que todos os indivíduos têm seus direitos e deveres, e que estes se fazem cumprir a partir do desenvolvimento de políticas públicas bem estruturadas, assegurando dignidade à pessoa humana. Dessa forma, para Secchi (2012, p. 2),

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. [...] Uma política pública é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública; uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.

Antes do ano de 1994, não existia uma política nacional para os idosos. Havia no Brasil apenas um conjunto de iniciativas públicas e privadas destinadas a casos de indivíduos idosos em situação de vulnerabilidade social. Estas iniciativas eram enraizadas no modelo coronelista e patriarcal da sociedade. Dessa forma, para mudar este cenário social, lutou-se pela garantia de discussões que permitissem a concretização de ideias democráticas, permitindo assim a participação ativa e direta da população idosa (Lima; Silva, 2014). Após isso, as políticas públicas sociais para os idosos no Brasil vêm apresentando um crescente avanço, com a Política Nacional do Idoso (Brasil, 1994) e o Estatuto do Idoso (Brasil, 2003).

A Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 (Brasil, 1994), dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso. Ela tem como objetivo garantir os direitos sociais dessa população, permitindo desenvolver alternativas para que essa possa continuar a participar ativamente da sociedade a que pertence. Também tem como diretriz a garantia dos direitos básicos dos idosos. A Política Nacional do Idoso aponta ações governamentais que precisam ser concretizadas na área da educação. Assim, dispõe:

Art. 1º A política nacional do Idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do Idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade; [...]

Art. 3º A política nacional do idoso reger-se-á pelos seguintes princípios:

I - a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;

II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;

III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;

IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;

V - as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei. [...]

Art. 10. Na implementação da política nacional do idoso, são competências dos órgãos e entidades públicos: [...]

III - na área de educação:

a) adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso;

b) inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto;

c) incluir a Gerontologia e a Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores;

d) desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;

e) desenvolver programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequados às condições do idoso;

f) apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber; [...]. (Brasil, 1994).

É essa Política Nacional do Idoso que institui que, no Brasil, considera-se idosa a pessoa maior de sessenta anos de idade. Essa legislação também traz outras garantias de direitos que envolvem políticas de saúde, cultura, lazer, habitação, educação, dentre outras, buscando que sejam atendidas as pessoas da terceira idade (Brasil, 1994).

Já a Lei nº 10.741/2003 (Brasil, 2003), conhecida como Estatuto do Idoso, tem como finalidade fortalecer a garantia aos direitos sociais das pessoas idosas, visando promover a preservação da saúde física e mental, bem como a liberdade e dignidade dos indivíduos da Terceira Idade. Nessa Lei estão contempladas as questões dos direitos fundamentais dos idosos e sua proteção. O capítulo V aborda os direitos à Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados. (Brasil, 2003).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 1996 (BRASIL, 1996),

por sua vez, dedicou uma seção à Educação de Jovens e Adultos. Vale destacar que essa modalidade de ensino foi determinada pela Constituição Federal de 1988, que deixava claro que o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, deveria ser destinado inclusive aos indivíduos que não tiveram acesso em idade própria. O segmento é regulamentado pelo Artigo 37 e 38 da Lei nº 9.394/1996:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (Brasil, 1996).

Ao relacionar o que tratam esses artigos às políticas públicas voltadas à pessoa idosa, é notável que o direito à educação é enfatizado. Isso reforça a ideia de que a discussão sobre o envelhecimento é uma necessidade presente nos currículos escolares, a fim de valorizar a pessoa idosa, e mostrar que a educação constitui um espaço de direito para todos. Sendo assim, na próxima subseção será apresentada a importância da Educação de Jovens e Adultos para a pessoa idosa.

A importância da Educação de Jovens e Adultos para a pessoa idosa

Na contemporaneidade, envelhecer não é mais um privilégio para poucos (Lima; Silva, 2014). A longevidade será um dos pontos fortes no Brasil tanto no campo acadêmico, científico, como no campo político com a demanda por ações de atendimento e bem estar. Contudo, é importante investir em políticas públicas que permitam o direito das pessoas idosas (IBGE, 2010). Um desses direitos, como dito na seção anterior, é a educação, o que torna fundamental entender os fatores que levaram a pessoa idosa a retornar à sala de aula, através da EJA.

Segundo Ordenez e Cachioni (2011, p. 462) o reingresso das pessoas idosas à vida escolar pode apresentar diferentes benefícios e ter consigo diferentes fatores motivacionais que as levam ao retorno em sala de aula, como; por exemplo: a busca de autonomia e de conhecimento; a realização de

atividades que as permitam aproximação e contato com outros; novos relacionamentos; dentre outros. Os autores entendem a “educação como instrumento de promoção de uma velhice bem-sucedida, isto é, com boa qualidade de vida biológica, psicológica e social” (Ordenez; Cachioni, 2011, p. 462).

Seviero (2012, p. 31) também destaca a relevância de todas as pessoas que fazem parte da sua rede de relacionamento (família, amigos, escola e o próprio indivíduo), pois entende que “a velhice não é a trágica etapa final; tal como todos os estágios de nossa vida, ela é também uma retomada” (Seviero, 2012, p. 31). Nesse caso, a volta à sala de aula para alguns representa, muitas vezes, a recuperação do direito à educação, e à cidadania e a qualidade de vida.

De acordo com Areosa *et al* (2012) e Neri (2014) é natural, na velhice, a pessoa apresentar características múltiplas diferentes dos ciclos anteriores. Esse novo ciclo é reflexo de um novo momento na vida da pessoa idosa. Conforme o indivíduo envelhece, vai dando forma a uma autopercepção do próprio envelhecimento. Quanto mais satisfatórias forem suas observações em relação a sua vida, melhores serão os seus aspectos físicos e cognitivos.

Conforme exposto por Neto e Monteiro (2008, p. 13), entende-se que o envelhecimento é um período que;

[..] não pode ser visto como um fim de vida, mas como uma etapa com características e valores próprios e uma nova forma de olhar o mundo, pois a cidadania é construída por todos os indivíduos e só é possível quando todos tiverem direitos e deveres iguais.

É a partir dessas particularidades do processo de envelhecimento e da própria velhice, que Lopes e Burgardt (2013, p. 319) afirmam que a pessoa idosa busca a EJA. Na compreensão dos autores, destaca-se o fato de “o idoso procurar não só conhecimentos formais, mas também uma valoração pessoal, pois, apesar de sua idade avançada, ainda é um participante ativo da sociedade, com direitos e deveres, como todos os outros cidadãos”. Podendo também, segundo os autores, a pessoa ter o interesse em reingressar nos estudos nesse espaço por questões de trabalho, pois em muitos casos apenas a aposentadoria não é o suficiente para manter a família e suas condições básicas, tornando viável a busca por ocupação. Para Lopes e Burgardt (2013), a pessoa idosa busca através da EJA o acesso a novas ocupações, ou mesmo deseja com as aulas melhorar a forma que vem ocupando seu tempo.

Os profissionais que atuam na EJA precisam, portanto, considerar as especificidades da velhice e aproveitar toda a bagagem de conhecimentos, experiências e vivências que estes indivíduos têm, para criar abordagens que contribuam com o processo de ensino e aprendizagem, utilizando práticas metodológicas que evidenciem os sujeitos e garantam o diálogo e trocar informação (Dantas, 2016; Freire, 2002).

Redes de suporte social para a EJA

O apoio social pode ser definido tanto como os recursos materiais quanto como os psicológicos,

acessíveis a uma pessoa por meio das suas redes de relacionamentos. Ao longo da vida, um indivíduo se desenvolve em contato com outros, sendo um processo comum que dá forma à rede de suporte social. O ser humano é um ser social que necessita estabelecer relações com outros indivíduos ao longo do seu ciclo de vida, por isso essas redes são estabelecidas criando pertencimentos, favorecendo inserções e a formação identitária dos sujeitos (Antunes; Sequeira; Alarcão, 2011).

De acordo com Neri e Vieira (2013), o suporte social é um produto da atuação das relações sociais que pode ser classificado da seguinte forma: apoio material, apoio instrumental, apoio informativo e apoio afetivo. O apoio material é aquele que pode ser oferecido por meio de recursos físicos (dinheiro, ou mesmo, alimentos). O apoio instrumental ocorre em momentos de auxílio em tarefas. No que compete ao apoio informativo, trata de informações e apoio na tomada de decisão sobre determinada situação. E por fim, o apoio afetivo inclui os sentimentos de amor, afeição e encorajamento para um indivíduo (Neri; Vieira, 2013).

As redes de suporte social vêm contribuir no sentido de prevenção do isolamento social desse indivíduo, mantendo, por meio do apoio social, possibilidades para que a pessoa idosa venha a ter um envelhecimento ativo, com qualidade de vida, satisfação e pertencimento (Fernandes, 2018). Com o processo de envelhecimento, a partir de suas particularidades, as redes de suporte social ganham ainda mais representatividade na vida da pessoa (Araújo; Ribeiro, 2012). Isso remete à percepção de Domingues *et al.* (2011) e de Rodrigues e Silva (2013) que destacam que a rede social para as pessoas idosas tem como finalidade contribuir com o sentimento e o pensamento. Elas possibilitam às pessoas saberem que são amadas, respeitadas, queridas diante do seu grupo de contatos, tanto de familiares quanto de amigos e conhecidos.

Metodologia

A pesquisa foi realizada a partir de um estudo de caso com abordagem qualitativa, através de entrevistas semiestruturadas com indivíduos idosos que frequentaram a EJA em duas escolas públicas de Venâncio Aires. Conforme Yin (2015), o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa social que propõe examinar acontecimentos contemporâneos. A escolha por este método de pesquisa justifica-se pela necessidade de respostas às perguntas centrais do estudo que permeiam o *como* ou o *por quê* de determinado fenômeno.

Os participantes foram pessoas que retomaram os estudos após os 60 anos. As entrevistas foram feitas a partir de um roteiro de perguntas previamente elaborado, com base no referencial teórico, visando respostas aos objetivos estabelecidos para esse estudo. Os selecionados para as entrevistas foram escolhidos a partir da disponibilidade dos mesmos e da colaboração de uma professora desta modalidade de ensino no município em questão. Procurou-se ter conhecimento das pessoas idosas que buscaram ingressar na EJA na cidade de Venâncio Aires, e a partir de nomes citados pelas escolas, iniciaram-se os contatos de agendamento para as entrevistas. A partir dessa relação nominal dos estudantes, realizaram-se entre os

meses de abril a junho de 2020 as entrevistas de forma individual, somando um total de 8 pessoas idosas entrevistadas, sendo 1 homem e 7 mulheres residentes do município de Venâncio Aires, Rio Grande do Sul, Brasil. Para facilitar a coleta dos dados, as entrevistas foram gravadas em áudio, com autorização prévia dos(as) entrevistados(as), para posterior transcrição e análise dos dados. O anonimato foi mantido durante todo o estudo e os(as) participantes serão apresentados(as) no texto como “entrevistados(as)”, seguindo uma numeração para diferenciá-los(as).

Minayo (2010, p. 261) evidencia que o trabalho de campo por meio de entrevistas “é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo”.

Foi realizada, então, a análise de conteúdo, na intenção de buscar evidências e respostas aos objetivos estabelecidos para o estudo (Bardin, 2011). A apresentação dos resultados se dá em texto e quadro, contendo as principais implicações ao estudo.

Resultados e Discussão

A análise manteve o foco no problema e nos objetivos da pesquisa, buscando compreender a importância da EJA para a pessoa idosa do município de Venâncio Aires – RS, as possibilidades e os desafios enfrentados por essas pessoas em busca de retornar à escola, bem como a inserção como um todo da pessoa idosa na EJA do município. O quadro 1 apresenta a caracterização dos(as) entrevistados(as).

Quadro 1. Caracterização dos(as) entrevistados(as)

Entrevistado(a)	Gênero	Idade	Estado Civil
1	Feminino	61 anos	Casada
2	Masculino	70 anos	Casado
3	Feminino	65 anos	Casada
4	Feminino	81 anos	Casada
5	Feminino	79 anos	Viúva
6	Feminino	85 anos	Viúva
7	Feminino	65 anos	Casada
8	Feminino	69 anos	Casada

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Segundo Pereira e Serra (2014) um dos grandes desafios das pessoas idosas é estarem disponíveis a novas experiências, decidindo voltar para a escola para aprender, tendo mais conhecimento nesta fase da vida. Por isso, a importância de se buscar entender quais foram os motivos

que as levaram a deixar a sala de aula na infância ou na juventude.

Sobre as principais dificuldades no passado que lhes impossibilitaram de estudar, os principais fatores mencionados são: falta de incentivo dos pais, que também não estudaram e precisavam da mão de obra dos filhos nas lavouras; a falta de recursos em muitos aspectos, tais como de saúde, fazendo com que os filhos precisassem ficar em casa cuidando dos pais, dos irmãos ou realizando as tarefas dos mesmos que estavam impossibilitados; a dificuldade de acesso à escola, tal como a distância a ser percorrida a pé para chegar nas aulas; e as dificuldades financeiras. As falas das Entrevistadas 1 e 3, ilustram essas dificuldades:

Olha quando eu era mais nova, morava com meus pais, eles não queriam que a gente estudasse. Era só roça. Como eles não estudaram, meu pai achou que os filhos também não precisavam estudar. Antigamente era assim. Então, eu sempre gostava de estudar, eu fui até os 13 anos, e daí ele dizia que 'agora é só roça, não pode mais estudar'. Me lembro que meu pai era doente, daí eu não fui na aula, pois tinha que encher o forno de fumo, eu e minha irmã. As outras irmãs já eram casadas e a mãe estava junto. Ele estava na cama doente, daí meu professor veio e achou que eu estava sentada no mato, porque não queria ir na aula e daí ele viu que eu estava na roça, no fumo, então ele falou que eu podia encher o forno de fumo e depois podia vim fazer a minha prova. Isso foi em dezembro, nunca esqueço, antes do Natal. [...] Se o pai dizia que tinha que ir para a roça, eu tinha que ir para a roça, depois eu ia para a escola. E daí quando fiz os 13 anos, em julho, eu parei. Eu não podia nem ir até o final do ano, para completar. (Entrevistada 1).

A gente morava na colônia. Meus pais tinham muita dificuldade e eu era a mais velha de 8 irmãos, e aí eu não tinha como estudar. Eu ia uma semana e ficava três, quatro semanas sem ir pra escola. De forma que eu nunca consegui chegar até o final do ano. E foi ficando, quando eu estava com os 14 anos, não quis mais estudar e não fui mais para a sala de aula. Tinha que cuidar dos irmãos, para os pais poderem trabalhar. A gente era pobre, tinha muitas dificuldades e eu caminhava uma hora e meia para poder chegar na escola. E os meus pais não tinham compreensão que precisava estudar. A gente ia para a escola só até quando eles deixavam. (Entrevistada 3).

Evidencia-se um alinhamento entre os motivos alegados pelos(as) entrevistados(as) por não terem concluído sua educação fundamental, como a necessidade de trabalhar para ajudar a família, o difícil acesso, e o não entendimento dos pais sobre a importância de uma educação formal. A fala dos(as) entrevistados(as) converge com o que afirma Arend (2007), quando destaca que o trabalho infantil no século XIX e no início do século XX, era entendido como normal, tanto o trabalho no processo de industrialização, como doméstico e agrícola, salientando ainda que esses pequenos trabalhadores tinham uma carga horária de trabalho exaustiva, chegando a trabalhar 14 horas em uma jornada diária, em situações e condições inadequadas para a idade.

Arend (2007) também dá ênfase ao fato de que os pais no século XIX e XX acreditavam ser desnecessária a escolarização, pois pensavam que o ensino na escola não tinha tanta relevância. Os pais entendiam que os filhos precisavam trabalhar na sua infância, ainda mais os filhos de pobres. Tinha-se a compreensão, portanto, que para ser bons cidadãos, precisavam trabalhar desde muito cedo, independente do serviço que fosse.

Em relação aos principais fatores motivacionais para o seu retorno à sala de aula, destaca-se a

vontade de voltar a estudar, cujas respostas dos(as) entrevistados(as) explicitam, ainda, a importância da EJA para esse retorno. Uma importância não apenas como uma possibilidade concreta de retorno à sala de aula durante a velhice, mas enquanto algo que causou um despertar para esse retorno, como conta a Entrevistada 5. Ela afirma que ficou “*muito contente*” quando “*apareceu a EJA*” em Venâncio Aires, e que foi “*um achado*”. Aprender a ler e a escrever são colocados pelos(as) entrevistados(as) como um sonho que puderam realizar.

Chama atenção, ainda, que três entrevistadas expressam a necessidade de serem alfabetizadas para poder ler e anotar receitas, o que explicita uma motivação que vem das necessidades cotidianas.

Eu sempre tinha que fazer doce decorando a receita, porque não sabia escrever. Tinha que decorar na cabeça. [...] Eu queria muito saber ler, isso foi minha motivação maior, eu precisava aprender para fazer minhas coisas e não depender toda a hora de alguém. (Entrevistada 8).

Já a Entrevistada 5, destaca que um dos motivos que a levou a retomada dos estudos, foi utilizar do tempo em sala de aula para esquecer, por alguns momentos, a tristeza da perda de um familiar:

Eu tinha perdido o meu filho. Aquilo ali foi um achado que veio para tirar um pouco da minha memória a minha tristeza, sabe... quando eu retornei para a escola. (Entrevistada 5).

As motivações expressas pelos(as) entrevistados(as) vão ao encontro do que diz Freire (1989, p. 72):

[...] alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler. Com efeito, ela é o domínio dessas técnicas em termos conscientes. É entender o que se lê e escreve o que se entende. [...] Implica uma auto formação da qual se pode resultar uma postura atuante do homem sobre seu contexto.

No sentido de buscar compreender os fatores motivacionais que os levaram a retomar os estudos, identifica-se uma razão particular para cada entrevistado(a). Nisso, tomamos como referência Freire (2013), para quem a educação pode ser entendida como uma forma de intervenção no mundo, a educação jamais é neutra, tanto quanto as percepções dos indivíduos sobre as mesmas; por isso as razões se constroem a partir das experiências pessoas e se expressão na busca dos sujeitos por mudar uma realidade.

Teixeira (2008) corrobora com esse pensamento de Freire, sugerindo que o analfabeto carrega consigo uma tristeza, pela ausência do conhecimento da escrita e da leitura. O que faz com que ele esteja excluído da educação escolar sem poder acessar o direito que é de todos, pois a participação na escola representa uma mudança nessa realidade onde a pessoa idosa assume o papel de protagonista, ator, nas mudanças que ocorrem em âmbito pessoal, mas que reverberam para o social, pois não será mais o excluído do ensino, e sim, para participante e membro alfabetizado na sociedade.

Destaca-se, ainda, a partir de Pereira e Serra (2014, p. 8), a relevância de a pessoa idosa estar sempre realizando algum tipo de atividade, de forma que se mantenha ativa e capaz de internalizar as suas capacidades, como transformadora do seu próprio espaço. Como mostra a teoria e, principalmente, a resposta dos(as) entrevistados(as), não se trata apenas de aprender a ler e a escrever, ou de dar continuidade a uma educação formal, e sim de algo mais, que se caracteriza como libertador e emancipador desses sujeitos de uma condição de excluídos pelo não acesso à educação escolar (Freire, 2013). Trata-se de autorrealização, de inclusão social e até mesmo familiar, quando se considera, por exemplo, o relato da avó que agora pode ler com as netas.

Outra temática contemplada na entrevista foi em relação à importância das redes de suporte social desses idosos na retomada dos estudos. A Entrevistada 7 conta que teve apoio dentro da família: “*tive o apoio das minhas filhas, netas e do meu esposo. Meu marido disse que era pra eu voltar a estudar e realizar meu sonho de saber escrever.*” Todos(as) os(as) entrevistados(as) foram unânimes em afirmar que tiveram apoio de sua rede, uma rede que, como fica bastante claro, não se restringe, necessariamente, à família, mas inclui também vizinhos, amigos, contatos profissionais e também o serviço público.

Na percepção de Wichmann *et al.* (2013), a rede de apoio é relevante tanto como forma de auxílio para a pessoa idosa na tomada de decisão, quanto para o suporte material e emocional. Nota-se que as pessoas idosas são muito ativas no interior dessas redes de suporte, sendo que o contato se faz de forma frequente.

Fernandes (2018) destaca que, quando bem estruturadas, as redes de suporte social totalizam benefícios em prol da qualidade de vida e pertencimento para o idoso. Esses se estendem bem mais que o fornecimento de apoios materiais e instrumentais, conseguindo atingir também os impactos positivos do apoio emocional aos indivíduos, que abarcam no final desse processo papéis sociais expressivos. E como exemplo, tem-se a questão do retorno aos estudos, como evidenciam os(as) entrevistados(as).

E esse retorno, como é o objetivo da EJA, traz ganhos para seus estudantes, nesse caso os(as) idosos(as), com contribuições e mudanças na qualidade de vida, o que é reconhecido pelos(as) entrevistados(as). A Entrevistada 6 lembra que não sabia escrever o próprio nome, e que agora já pode escrever receitas e que “*as capacidades mentais melhoraram*”. Para a Entrevistada 7, sua o retorno à sala de aula melhorou, de fato, sua qualidade de vida.

Eu sou uma outra pessoa. Foi muito emocionante quando consegui escrever as palavras, foi coisa de Deus. Eu tinha muita dificuldade, mas a professora era muito querida, muito ela ajudava. Meu nome eu já sabia, mas as outras palavras eu tinha dificuldade. Aprendi agora, depois de velha. Eu me sinto muito bem! Nossa, fiz tantas amigas..., a gente sempre se fala quando se vê no centro, foi coisa mais boa. Até na minha memória ajudou. (Entrevistada 7).

Conforme Freire (2002), a escola tem sido um espaço de pesquisa e aprendizado que muito se alinha às respostas dos(as) entrevistados(as). Esse autor ainda diz que a escola também é um espaço em que se

estabelecem contatos sociais com todos os inseridos e, com isso, se ampliam as amizades, os relacionamentos e a afetividade com as relações, gerando assim, qualidade de vida para as pessoas (Freire, 2013).

Quando se observa a importância da EJA e da figura do(a) professor(a) para ensinar, identifica-se que o espaço da escola é um lugar onde há a troca de conhecimentos e experiências. E a educação, como se sabe, além de ser um direito para a pessoa idosa, também representa mudanças conceituais em relação ao envelhecimento de forma mais ativa, através de informações, conhecimentos e percepção de sociedade através da escrita e da leitura (Freire, 2013).

Observa-se que a retomada dos estudos leva a valorização da pessoa idosa, que se reconhece como parte da sociedade, percebendo que ainda tem capacidade, pode ainda ser produtiva e, com isso, consegue manter sua autoestima e o bem estar social. Sobre a responsabilidade social, Pereira (2012) afirma que o idoso ganha em poder transmitir informações, conhecimentos, compartilhar leituras e escritas que garantam a qualidade de vida dessa pessoa; contudo, destacamos que ambiente escolar também ganham muito com a inserção da pessoa idosa em seu cotidiano, e mais a educação ganha também, democratizado os processos educativos e assegurando o direito que essa pessoa tem de escolarização.

Considerações finais

Ser um analfabeto em uma sociedade letrada pode indicar a ausência da valorização da mesma sobre esse indivíduo. É também permitido pensar que o lugar deste indivíduo já estivesse definido, trazendo na sua identidade a negação. Freire (2013), contudo, destaca que o homem só é capaz de transformar a realidade em que vive, compreendendo que ela pode ser mudada e que este indivíduo é capaz de mudar e criar.

A LDB/96, que inclui as pessoas idosas não alfabetizadas na educação formal a partir da Educação de Jovens e Adultos como modalidade da educação básica, possibilita o retorno da pessoa idosa à escola e, assim, permite efetivar seu direito à educação. Ainda é necessária, entretanto, a ampliação das possibilidades de acesso à educação, bem como permanência e êxito para essas pessoas, além de repensar a prática pedagógica para tornar o processo educativo possível.

A retomada aos estudos das pessoas idosas pela EJA acontece de forma a buscar o direito à educação por aqueles que não puderam no período da infância. Como se evidenciou na pesquisa, os motivos de não ter estudado no passado são diversos ao mesmo tempo que mostram-se comuns e compartilhados por esses idosos, ou seja, a necessidade de trabalhar na roça, a não permissão dos pais, a falta ou a dificuldade de acesso à escola, as dificuldades financeiras, dentre outras justificativas apontadas pelos(as) entrevistados(as).

A motivação desses idosos para retornarem às salas de aula também se mostrou variada, quando observada em suas particularidades: a realização de um sonho, o incentivo de familiares, amigos e conhecidos, o desejo de ler para escrever receitas, acessar redes sociais, etc. Destaca-se, no entanto, que essa aparente variedade de motivações sintetizam o desejo de conhecimento e de inclusão, seja familiar

ou profissional, e também a necessidade de aproximação com pessoas e práticas cotidianas que, para as pessoas alfabetizadas, podem ser tão fáceis e até banais, como anotar uma receita. Portanto, pode-se afirmar que a EJA, para os alunos idosos do município de Venâncio Aires, como questiona esse estudo, cumpre um papel que vai além da alfabetização e da educação escolar: ela é importante para a realização pessoal desse idoso e por uma melhora na qualidade de suas vidas.

Por fim, a alfabetização de jovens e adultos é um desafio, não só para os órgãos públicos, mas também para os professores, comunidade e principalmente para o(a) próprio(a) estudante. Este(a) que tem na velhice a possibilidade de buscar o conhecimento que não teve em sua infância e que, certamente, por essa falta de conhecimento, perdeu oportunidades e direitos nas demais fases da vida. O processo de ensino da EJA vem para afirmar que esta modalidade de educação demonstra que em todas as fases da vida é possível buscar conhecimento, aprender a ler e escrever, e assim, mudar os rumos sociais do nosso país, através da transformação, conhecimento e informação de cada indivíduo.

Referências

ANTUNES, R.; SEQUEIRA, J.; ALARCÃO, M. Personal social network and perceived life quality in teenagers. **International Journal of Development and Educational Psychology**, v. 2, n. 1, p. 335-345, 2011.

ARAÚJO, L.; RIBEIRO, O. Centenários: que redes sociais? **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Saúde**, v. 15, p. 57-74, 2012.

AREND; S. M. F. Legislação menorista para o trabalho: infância em construção (Florianópolis, 1930-1945). **Caderno Espaço Feminino**, v. 17, n. 01, Jan./Jul. 2007.

AREOSA, S. V. C. *et al.* **Barbarói**, v. 36, ed. esp., p. 120-132, 2012.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes; 2011.

BRASIL. Lei 8.842 de 4 de janeiro de 1994. **Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências**. Diário Oficial da União, 05 jan. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8842.htm. Acesso em: 30 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 jun. 2019.

BRASIL. Lei n. 10.741, de 1 de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Diário Oficial da União, 03 out. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741compilado.htm. Acesso em: 16 jul. 2019.

DANTAS, T. Formação em EJA: o Programa de Mestrado Profissional como uma proposta inovadora de inclusão social. *In*: DANTAS, T. R.; AMORIM, A.; LEITE, G. **Pesquisa, Formação, Alfabetização e Direitos em Educação de Jovens e Adultos**. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 131-149.

DOMINGUES, M. A. *et al.* Suporte social e familiar na velhice. *In*: PERRACINI, M. R.; FLÓ, C. M. **Fisioterapia: Teoria e prática clínica: Funcionalidade e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011, p. 213-218.

FERNANDES, A. L. P. **Construção e validação da Escala de Rede de Suporte Social de Idosos – ERSSI**. 2018. 121 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Gerontologia) – Universidade de São Paulo, Escola de artes, ciências e humanidades, São Paulo, 2018.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Site institucional**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 maio 2019.

LIMA, J. R.; SILVA, M. R. F. Conselho de direitos da pessoa idosa: instrumento de participação e protagonismo. **Revista FSA**, Teresina, v. 11, n. 3, p. 366-382, 2014.

LOPES, A. P. N.; BURGARDT, V. M. Idoso: um perfil de alunos na EJA e no mercado de trabalho. **Estudo interdisciplinar envelhecimento**, Porto Alegre, v. 18, nº2, p. 311 – 330, 2013.

LOPES, M. J.; ARAÚJO, J. L. DE; NASCIMENTO, E. G. C. O envelhecimento e a qualidade de vida: a influência das experiências individuais. **Revista Kairós Gerontologia**, 19, 181-199, 2016.

MANFREDI, S. M.. A educação popular no Brasil: uma releitura a partir de Antônio Gramsci. *In*: **A Questão política da Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

NERI, A. L. **Palavras-chave em Gerontologia**. 4. ed. Campinas: Átomo e Alínea, 2014.

NERI, A. L.; VIEIRA, L. A. M. Envolvimento social e suporte social percebido na velhice. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol**, v. 16, n. 3, p. 419-432, 2013.

NETO, F.; MONTEIRO, H. **Universidade da terceira idade: Da solidão á motivação**. Porto: Livpsi, 2008.

ORDENEZ, T. N; CACHIONI. Motivos para frequentar um programa de educação permanente: relato dos alunos da universidade aberta à terceira idade da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 14, n. 3, Rio de Janeiro: 2011.

PEREIRA, J. M. M. A escola do riso e do esquecimento: idosos na educação de jovens e adultos. **Educação em foco**, Juíz de Fora, MG: UFJF, v. 16, n. 2, set. 2011/fev. 2012. p.213.

PEREIRA, Leticia G. Pacheco. SERRA, Dayse. **A importância da aprendizagem na terceira idade**. 2014. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/N204140.pdf. Acesso em 10 jul. 2019.

PINTO, A. V. **Sete lições sobre a educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1989.

RODRIGUES, A. G.; SILVA, A. A. D. A rede social e os tipos de apoio recebidos por idosos institucionalizados. **Revista brasileira geriatria e gerontologia**, v. 16, n. 1, p. 159-170, 2013.

SEBRAE. **Perfil das cidades gaúchas**, 2019, Venâncio Aires. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Venancio_Aires.pdf. Acesso em: 09 nov. 2019.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learnig, 2012.

SEVIERO, J.M. A fortuna da maturidade. **Filosofia: Ciência & Vida**, São Paulo, ano VI, ed. 73, págs. 24 -31, agosto: 2012.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**: Implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

WICHMANN, F. M. A. *et al.* Grupos de convivência como suporte ao idoso na melhoria da saúde. **Revista Brasileira Geriatria Gerontologia**, v. 16, n. 4, p. 821-832, 2013.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2015.